

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

**ATA DA 206ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(21/09/2010)**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dez, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quórum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a duocentésima sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: **1 - 19h00 - Aprovação da pauta para a 206ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 205ª Reunião Ordinária do CMS; 2 - 19h15 - Informes; 3 - 20h15 – Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente ao mês de julho de 2010, Diretor Financeiro - Elias Floriano; 4 - 20h45 – Esclarecimentos sobre os encaminhamentos dados aos Termos de Parceria com o CIAP, Secretário Municipal de Gestão Pública - Marco Antônio Citto; 5 – 21h30 - Relato sobre a visita do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas-CES-AL, verificando o SUS que dá certo - conselheiros Joel Tadeu e Rosalina Batista; 23h00 - Teto máximo para encerramento. O presidente do conselho Agajan A. Der Bedrossian dá boas vindas a todos os presentes, e inicia os trabalhos com o primeiro item de pauta da noite: 1 - 19h00 - Aprovação da pauta para a 206ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação da Ata da 205ª Reunião Ordinária do CMS. Agajan propõe a aprovação da pauta da 206ª reunião do conselho municipal de saúde. O conselheiro Joel Tadeu Correa, representante dos usuários, relata que possui um pedido de inclusão na pauta que é o de esclarecimentos sobre a policlínica a ser realizado pelo secretário de saúde, e que a inclusão seja feita após o item de numero 4. Após o pedido de inclusão ser contemplado, a pauta é aprovada de forma unânime pelos conselheiros. O presidente do conselho Agajan A. Der. Bedrossian retoma a palavra e solicita a inclusão de mais um ponto de pauta sobre o seguinte assunto: Discussão do projeto de lei nº46/2010 que autoriza a transferência dos direitos e obrigações passivos e ativos, da autarquia municipal de saúde para o fundo municipal de saúde e dá outras providências. Agajan coloca que este assunto se refere à transferência dos recursos que estão na autarquia municipal de saúde para o fundo municipal de saúde, obedecendo à lei federal, onde a câmara municipal de saúde solicita a aprovação do conselho. O conselheiro Marcos Ratto, representante dos trabalhadores, faz uso da palavra, e sugere o ponto de pauta proposto pelo secretário de saúde, seja incluído logo após o item referente a prestação de contas do fundo municipal. A inclusão é aprovada por todo o conselho. Após mais um pedido de inclusão ser contemplada, a pauta é aprovada de forma unânime pelos conselheiros. O presidente do conselho, Agajan A. Der. Bedrossian põe em aprovação a ata da 205ª reunião do conselho, e pergunta se alguém possui apontamentos a serem feitos. O conselheiro Joel Tadeu Correa pede que após a linha 55 que seja incluída a sua fala de que ele não concordou com a questão de ordem e de que ele não havia feito nada que ferisse o regimento, e de que não quer nem entrar neste mérito, pedindo apenas que se inclua esta fala. A palavra passa a conselheira Gioconda P. da Silva Ferreira, representantes do segmento dos usuários, que pede que seja corrigida sua fala da linha 42, sendo que sua mesma de dois minutos foi resumida a trinta segundos e que algumas falas não foram nem registradas, e que na ata anterior ela observou o mesmo problema. A secretária do conselho Adriana Costa, diz que a ata da reunião anterior já foi aprovada e questiona perante o conselho se ela poderá após esta aprovação ser alterada. O conselheiro Joel Tadeu sugere que a conselheira Gioconda procure posteriormente a secretária executiva para inclusão de suas falas, para que não seja comprometido o andamento da reunião. A conselheira Neusa Maria dos Santos coloca que consta que ela estava ausente, e, no entanto ela estava presente na reunião passada. O conselheiro Marcos Ratto faz uso da palavra, e coloca que em relação à questão de presença ou ausência, o que ocorre é que a lista de presença é uma tabela, e que a mesma às**

50 vezes e copiada e colada, pedindo ao digitador que observe com bastante cuidado esta
51 questão da lista de presença. O presidente do conselho **Agajan A. Der Bedrossian**, após as
52 observações, coloca a ata da reunião anterior em aprovação, o que é feito por todos os
53 conselheiros. **Agajan prossegue com sua a fala e passa ao ponto número 2 da pauta:**
54 **Informes.** **Agajan** coloca que aproveitando a presença da **Sr^a Maria Célia**, gostaria de
55 apresentar a mesma como nova diretora executiva do CISMENPAR. **A conselheira Julia**
56 **Satie Miyamoto** da boa noite a todos, e informa que está retornando a reunião do conselho
57 após um período de afastamento por tratamentos médicos, e agradece a Santa Casa pelo
58 atendimento que recebeu, e que o SUS não deve em nada para o atendimento dos planos de
59 saúde privados. **Julia** gostaria de parabenizar o Dr^o Paulo pelo relatório apresentado sobre
60 a clinica. A conselheira **Rosalina Batista** informa que a comissão de saúde da mulher do
61 estado do Paraná, do conselho municipal de saúde, trouxe na ultima semana a Dr^a Rosana
62 Fachin (desembargadora) e a Dr^a Rosana Fisher (perita do instituto médico legal de
63 Curitiba) para uma visita em Londrina aos espaços de saúde, já que até dia 5 próximo, será
64 implantada a vara Maria da Penha em Londrina, e dentro da mesma será necessário uma
65 relação dos serviços de saúde para onde serão encaminhados os casos de violência contra
66 mulheres, crianças e até mesmo contra os homens. **Rosalina** continua e diz que no próximo
67 dia estará participando de uma reunião na cidade de Curitiba, e que estará convidando o
68 secretario de saúde para participar, já que para a implantação desta rede de assistência aos
69 casos de violência, será preciso contar com o apoio de todos os setores. **Rosalina** ressalta
70 que o conselho estadual de saúde está trabalhando no sentido de conseguir os recursos para
71 a capacitação dos profissionais, porque muitas vezes os trabalhadores não estão
72 qualificados a atender as vitimas de violência. **Rosalina** coloca que estão ocorrendo
73 reuniões uma vez por mês na cidade de Curitiba e semanalmente, todas as terças-feiras na
74 OAB, com representantes de varias entidades de londrina. A palavra passa ao conselheiro
75 **Marcos Ratto**, que inicia dando as boas vindas ao novo secretário de saúde Dr^o Agajan, e
76 lhe desejando sucesso na nova empreitada, e dizendo que o convite para o seu retorno não
77 partiu somente do prefeito, mas também dos trabalhadores e servidores, que sempre se
78 mobilizam e pedem o seu retorno ao cargo de secretario de saúde. **Marcos** deseja também
79 as boas vinda a Dr^a Julia, e endossa as palavras da mesma sobre o bom atendimento da
80 Santa Casa, e que embora o SUS seja um sistema ainda recente, ele é excelente e deve ser
81 valorizado. **Ratto** continua e diz que em Curitiba está ocorrendo um evento de saúde do
82 trabalhador, aonde estão participando todas as centrais sindicais, e que a central sindical da
83 união geral dos trabalhadores, da qual faz parte, está representando o norte do Paraná neste
84 evento. **Marcos** finaliza lembrando que é a ultima reunião antes das eleições, e pede a todos
85 que tenham discernimento na escolha dos representantes, já que é no conselho que chegam
86 os problemas, reflexos muitas das escolhas. A palavra passa a **conselheira Silvia Brasão**,
87 que dá as boas vindas ao novo secretário e informa que no próximo dia 25, no jardim
88 bandeirantes, ocorrerá um jantar dançante em comemoração aos 10 anos da associação de
89 mulheres, presidida pela senhora Márcia, que se faz presente. **Silvia** diz que ser alguém
90 estiver interessado em participar, basta procurar à senhora Márcia. A palavra passa a
91 conselheira **Márcia Marengo**, que dá as boas vindas ao secretário Agajan e a senhora
92 Maria Célia, e diz que representa os trabalhadores e o grupo de assistentes sociais da saúde,
93 e após muitos anos de luta desta categoria profissional, eles conseguiram a redução para 30
94 horas semanais de jornada de trabalho. A palavra passa a senhora **Sandra Bonini** da 17^a
95 regional de saúde, que inicia desejando sucesso ao secretário Agajan, e dando as boas

96 vindas a senhora Maria Célia. **A conselheira Maria Célia** faz uso da palavra, e inicia
97 dizendo que se sente muito honrada em fazer parte do conselho, representando o
98 CISMEPAR e toda sua importante estrutura de atendimento a população, e visando
99 fortalecer esta relação, bem como todo SUS. A palavra passa ao **conselheiro José Luiz**,
100 que pede desculpas aos demais conselheiros por algumas ausências suas e justifica que as
101 mesmas ocorreram por motivo de saúde. A **conselheira Maria Osvaldina** faz uso da
102 palavra e dá as boas vindas à conselheira Julia, ao secretário Agajan, ao conselheiro Elzo
103 Carreri e Maria Célia. **Osvaldina** aproveita e questiona porque o HZS não está atendendo
104 as pessoas que estão com dor e pressão alta, já que ela recebeu três pessoas referindo esta
105 situação e gostaria de saber o que pode ser feito. **Osvaldina** coloca ainda que quer saber do
106 secretário Agajan sobre o fechamento da policlínica, já que não concorda com esta
107 possibilidade. **A conselheira Leliane N. de Castilho Nascimento** pergunta ao secretário
108 Agajan, como ficará a situação das pessoas carentes? Hoje uma criança veio a óbito porque
109 não foi atendida, sendo que a mãe entrou em trabalho de parto e deu a luz à criança em sua
110 residência, o SAMU não chegou a tempo e a criança faleceu. O secretário **Agajan** esclarece
111 que a questão será respondida em momento oportuno. A conselheira **Maria Osvaldina** usa
112 a palavra novamente e pergunta sobre a situação das ambulâncias paradas do SAMU e que
113 não se pode perder o trabalho do Drº Alessandro, que está coordenando o SAMU de
114 maneira muito eficiente. **A palavra passa ao conselheiro Joel Tadeu**, que inicia dizendo
115 que representa algumas entidades de movimento sociais, em nível de Londrina, Paraná e
116 também a nível Nacional pela CONAM. **Joel** destaca que por esta última, ele representa o
117 conselho estadual de habitação de interesse social, o qual acaba de ser eleito tesoureiro.
118 **Joel** continua e dá as boas vindas à conselheira Maria Célia, nova representante do
119 CISMEPAR. A palavra passa ao conselheiro **Paulo Nicolau**, que aproveita a oportunidade
120 e convida a todos para um evento na clínica psiquiátrica de Londrina, que será realizado
121 no próximo dia 23. A palavra passa ao conselheiro **Elzo Carreri** que inicia dizendo que
122 reassumiu a direção do hospital zona norte há pouco mais de um mês. **Elzo** coloca que
123 pretende dar novamente a ênfase na qualidade do atendimento oferecido à população. **Elzo**
124 destaca que nesta semana, somente o hospital da Zona Norte estará recebendo 455 novos
125 profissionais, e o número se eleva para 900 se contarmos o hospital da zona sul. **Elzo**
126 ressalta que em breve que o número de cirurgias eletivas por mês deve passar de 250 para
127 650. Continua e diz que nos próximos dias devem ser contratados 37 médicos especialistas
128 em cirurgia geral e ortopedia, sendo que o hospital da zona norte será a referência nesta
129 última especialidade dentro da média complexidade. **Elzo** ressalta que já foi já foi
130 providenciada a documentação necessária para o credenciamento e assim que as salas
131 estiverem prontas, o atendimento poderá começar junto à população. **Elzo** diz que serão
132 duas salas equipadas com aparelho de raios-X, e que futuramente estarão disponíveis
133 equipamentos de ultra-sonografia e endoscopia. A palavra passa à conselheira **Gioconda P.**
134 **da Silva Ferreira** que inicia ressaltando sua satisfação com as notícias sobre o hospital da
135 zona norte, já que acompanhou as reformas desde o início. Gioconda pede licença aos
136 demais, pois precisará se retirar, já que tem uma outra reunião a respeito da situação da
137 dengue na zona norte. A conselheira suplente de Gioconda, **Terezinha P. da Silva (Mãe**
138 **Omin)**, assume o lugar da mesma na mesa, e dá as boas vindas ao secretário Agajan.
139 **Terezinha** continua e diz que com apoio do conselho municipal de saúde, esteve no Rio de
140 Janeiro no último mês participando do 7º seminário da rede nacional de religiões de matriz
141 africana, discutindo a saúde da população negra, o qual contou com palestras de grande
142 valor. **Terezinha** agradece a Adriana pelo convite que foi enviado a todos os conselheiros do

143 evento do próximo dia 25, que será o 2º encontro municipal da rede nacional das religiões
144 de matriz africana e saúde da população negra. **Terezinha** diz ainda que encaminhou a
145 secretaria do conselho e a comissão executiva, um pedido de pauta para a próxima reunião,
146 onde a Dr^a Jacinta estará apresentando a política nacional de saúde integral da população
147 negra. **A conselheira Ana Paula Cantelmo**, dá as boas vindas aos novos membros do
148 conselho, e aproveita a oportunidade da presença do conselheiro Elzo Carreri para fazer um
149 pedido para que sempre que houver um concurso de grande porte como do estado, as
150 provas sejam aplicadas em dias diferentes ou horários diversos, já que no ultimo concurso
151 houve um desfalque muito grande de funcionários que foram realizar as provas todos no
152 mesmo dia. **A secretária do conselho, Adriana Costa**, informa que há três conselheiros
153 suplentes que gostariam de dar informes. A palavra passa ao conselheiro **Manoel**
154 **Rodrigues do Amaral**, que inicia dizendo que juntamente com os funcionários de saúde da
155 UBS Drº Anízio Figueiredo e a equipe do NASF, foi promovida no ultimo dia 18 de agosto,
156 a atividade “A hora da Saúde” onde foi aplicado o teste de HGT, avaliação de IMC e
157 verificação de P.A em mais de 50 pacientes. **Amaral** continua e informa que o sindicato
158 nacional dos aposentados, pensionistas e idosos, promoveu no dia 3 de setembro uma
159 assembléia extraordinária para adequação estatutária, que contou com a presença de mais
160 400 associados. **Amaral** informa ainda que protocolou junto a secretaria de saúde um
161 documento endereçado ao secretário de saúde Agajan A.Der Bedrossian, onde consta uma
162 proposta de mudança de lei do conselho municipal de saúde de Londrina. **Amaral** finaliza e
163 lembra a todos que no ultimo dia 19, a lei 8080 do SUS comemorou 20 anos. **O promotor**
164 **Paulo Tavares** que informa que no ultimo mês de agosto, participou da criação do núcleo
165 permanente de mobilidade urbana, que visa assegurar a qualidade de vida através da
166 mobilidade urbana. **Tavares** explica que é um núcleo permanente constituído pela
167 sociedade civil e representantes do poder público, e pretende conseguir mais qualidade no
168 transporte coletivo na cidade, por meio do aumento de ciclovias entre outras melhorias no
169 trânsito da cidade. **Tavares** finaliza e coloca que foi solicitada junto à secretaria, a
170 indicação de um membro do conselho para fazer parte deste núcleo permanente, e questiona
171 se o pedido já chegou ao conselho. A secretaria do conselho **Adriana** responde que a
172 solicitação ainda não chegou ao conselho. A conselheira **Maria José Teixeira Lopes** dá as
173 boas vindas ao secretário Agajan e informa que trouxe um convite ao mesmo. O convite
174 trata-se de uma reunião no patrimônio Selva na próxima quarta-feira dia 29/09/2010 no
175 horário da noite, e a presença do secretário ou de algum representante é requisitada, tendo
176 em vista que serão discutidos problemas como falta de médicos e de espaço físico. A
177 secretaria do conselho **Adriana Costa** solicita que seja informado o horário e o local a
178 reunião supra-citada. A palavra passa a conselheira **Sandra Yara Sterza**, que inicia
179 dizendo que na ultima reunião do conselho foram ofertadas duas vagas aos conselheiro se
180 posteriormente ampliado para 4 vagas, em uma oficina promovida pelo 17º pólo de
181 educação permanente com o tema de necessidades em saúde com o foco no usuário.
182 **Sandra** relata que participou e a atividade foi muito proveitosa. A secretária do conselho
183 **Adriana Costa** informa que as conselheiras Margarida e Denise não puderam comparecer e
184 estão sendo representadas pelo senhor Jeremias, que gostaria de repassar um informe do
185 H.U. O senhor **Jeremias** informa que não obstante a importância dos novos profissionais
186 contratados pelo estado para trabalhar nos hospitais da zona sul e norte, neste concurso, o
187 H.U acabou perdendo cerca de 30 profissionais que acabaram se desligando devido a
188 aprovação no concurso do estado, e esta perda tem gerado problemas para o hospital
189 universitário. A conselheira **Rosalina Batista** pergunta como ficará a situação dos

190 funcionários do HZS que não são concursados, já que ficou sabendo que o quadro de
191 funcionários do mesmo será somente de funcionário de carreira. A palavra passa ao
192 conselheiro **Joel Tadeu**, que coloca que como membro da comissão executiva responderá a
193 questão levantada pelo conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral. **Joel** inicia dizendo que o
194 documento protocolado por Amaral chegou à reunião da comissão executiva, onde é
195 elaboradas a pauta, e a comissão entendeu que o assunto não era prioridade. **Joel** diz que
196 entende que o regimento interno precisa ser revisto, mas não com esta urgência, e por isso o
197 assunto não foi pautado. Em resposta ao conselheiro Joel Tadeu, o conselheiro **Manoel R.**
198 **Amaral** coloca que não se referiu ao regimento e sim a uma lei, a qual ele elaborou e
199 protocolou para apreciação do secretário e do conselho. **Manoel** finaliza e diz que esta
200 aguardando também a marcação de uma reunião sobre o regimento interno. O conselheiro
201 **Joel Tadeu** diz que a indagação do conselheiro Manoel pode ser respondida pelo
202 secretário, mas a pauta é elaborada pela comissão executiva, que entendeu que a questão
203 levantada por Manoel não era prioridade. **Joel** diz ainda que obteve a indicação dos
204 conselheiros Marcos Ratto, Mãe Omin e Rosalina Batista, todos membros da comissão
205 executiva, para que ele Joel seja eleito coordenador, e por isso poderia até se eleger de
206 imediato. **Joel** continua e diz não quer nem discutir lei, porque regimento interno não é lei.
207 O conselheiro **Manoel R. Amaral** frisa novamente que não esta falando de regimento e sim
208 de lei, e que o secretário Agajan pode explicar, já que o conselheiro Joel Tadeu está
209 fazendo confusão com os institutos. **Manoel** continua e diz que deve ser abolida esta
210 pratica de se formar comissão de qualquer jeito. O conselheiro **Joel Tadeu** pede que se
211 coloque então em votação. O conselheiro **Marcos Ratto** faz uso da palavra e coloca que o
212 documento elaborado pelo conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral foi protocolado para o
213 secretário, e a assessoria esta verificando o teor jurídico, e que não se tem departamento
214 jurídico na secretaria de saúde, dependendo da prefeitura, e que assim que se tiver uma
215 resposta, ela será encaminhada já com um parecer a comissão executiva. **Ratto** coloca que
216 a comissão executiva não irá apreciar nenhum documento sem o parecer da secretaria, e
217 que conhecendo a pessoa do secretario isto está sendo providenciado, e será contemplado
218 em momento oportuno, já que hoje a prioridade neste conselho é a questão da
219 policlínicas, PSF, SAMU, prestação de contas entre outros. O conselheiro **Manoel**
220 **R. Amaral** coloca que se o conselho continuar de modo não paritário, o tribunal de contas
221 irá barrar tudo isso, e deseja que o secretário Agajan se pronuncie sobre a questão. O
222 **secretário Agajan** toma posse da palavra e esclarece que a reunião esta em seu momento
223 de informes e não de debates sobre questões passadas ou vindouras. O conselheiro **Joel**
224 **Tadeu** faz uso da palavra e diz que gostaria de um esclarecimento, sendo que foi feita uma
225 reunião extraordinária da comissão executiva, onde foi citada esta questão da paritiedade
226 ou não. O secretário **Agajan** coloca que não se prolongará o debate, e que é uma questão de
227 encaminhamento. A conselheira **Silvia Brazao** pede questão de ordem e que se de
228 seguimento aos trabalhos da reunião. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** sugere que a
229 comissão responsável pelo regimento interno inicie os trabalhos dentro de uma proposição
230 e realize uma revisão no regimento. O secretario de saúde **Agajan A. Der Bedrossian**
231 informa que o documento protocolado pelo conselheiro **Manoel R. do Amaral** foi
232 recebido, encaminhado para o departamento jurídico para as primeiras avaliações , e será
233 amplamente discutido em momento oportuno. A conselheira **Adriana Xavier Dorta** faz
234 uso da palavra e diz que se a própria comissão responsável já elencou os assuntos
235 prioritários na pauta da reunião, esta se gastando muito tempo em discussões que não tem
236 fundamento e necessidade, onde acabam não respeitando as falas, os escritos, culminando

237 em uma desordem total. A palavra passa a secretária executiva **Adriana Costa**, que
238 informa que o conselho recebeu alguns convites de cursos para serem repassados aos
239 conselheiros, sendo que os que tiverem interesse deverão procurar a funcionária Divina
240 para fazer sua inscrição. Adriana continua e diz que o primeiro curso está sendo oferecido
241 pela coordenação de pró-saúde de odontologia da UEL e o tema é “Detectando a violência
242 doméstica contra crianças e adolescentes”- pelo Drº Renato Moria, sendo que a data ainda
243 não foi confirmada se será no dia 19 ou 20, nem o local, mas já esta definido que será no
244 horário da noite. **Adriana** informa ainda que está sendo oferecido também o curso “
245 Interpretando a lei Maria da Penha – Uma maneira de enfrentar a violência domestica e
246 familiar”, que será realizado no próximo dia 23, no período da noite na UNOPAR. **Adriana**
247 continua e informa que o conselho já foi contemplado com a tv de 42 polegadas, DVD e
248 antena parabólica, e que agora é necessário que seja definido um local para a instalação, e
249 acredita que o melhor local para se instalar seja no auditório da vila, já que é onde ocorre a
250 maioria dos cursos e reuniões do conselho. **Adriana** coloca que precisa da aprovação do
251 conselho para que o auditório seja o local escolhido para a aprovação. O presidente do
252 conselho **Agajan A. Der Bedrossian** pergunta se alguém possui alguma objeção ao local
253 sugerido por Adriana e gostaria de indicar outro local. Não tendo ocorrido manifestações, o
254 local é aprovado pelo conselho. O conselheiro **Marcos Ratto** ressalta seu apoio à instalação
255 dos equipamentos na vila da saúde e que a utilização dos mesmos possa ser entendida aos
256 conselhos locais e regionais, tendo em vista que a aquisição se dá em prol do controle
257 social. A secretária do conselho **Adriana Costa** justifica a ausência das seguintes
258 conselheiras: Maria Ângela Magro por motivo de reunião da UNIMOL e Jurema de Jesus
259 Correa por motivo de problemas de saúde. O secretário de saúde finaliza a sessão de
260 informes e passa ao ponto de pauta seguinte: **20h15 – Prestação de Contas do Fundo**
261 **Municipal de Saúde referente ao mês de julho de 2010, Diretor Financeiro - Elias Floriano.** A
262 seguir é passado para o cumprimento do ponto de pauta **3. Prestação de Contas do**
263 **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, referente ao mês de JULHO/2010. Elias Floriano,**
264 diretor financeiro, apresenta a Prestação de Contas referente ao mês de JULHO/2010,
265 explicando as contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CNPJ: 11.323.261/0001-69.
266 Atenção Básica – Fonte 495. No mês Julho/2010: RECEITAS EXTRA: R\$ - .
267 RECEITAS ORÇAMENTÁRIA: R\$ 2.356.776,00. DESPESAS EMPENHADAS: R\$
268 2.296.914,16. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 59.861,84. SALDO BANCÁRIO: R\$
269 1.483.639,74. NO PERÍODO – JAN A JULHO/10. RECEITA EXTRA R\$ 1.681.719,60.
270 RECEITAS DO MÊS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIA R\$ 12.657.887,55. DESPESAS
271 EMPENHADAS: R\$ 12.855.967,41. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.483.639,74. SALDO
272 BANCÁRIO: R\$ 0. ATENÇÃO BÁSICA – FONTE 495. DESPESAS POR ELEMENTO –
273 JULHO/ 10. EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE: R\$ 35.227,35.
274 MATERIAL DE CONSUMO. R\$: 15,60. DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL: R\$ 1.156,00.
275 MATERIAL DE CONSUMO: R\$ 617.706,32. PASSAGENS E DESPESAS COM
276 LOCOMOÇÃO: R\$ (320,43). OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA
277 FÍSICA: R\$ 9.045,31. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA: R\$
278 1.634.084,01. TOTAL: R\$ 2.296.914,16. Média e Alta Complexidade Amb. E Hospit. -
279 FONTE – 496. No Mês Julho10. RECEITAS EXTRA: R\$ -. RECEITA
280 ORÇAMENTÁRIA. R\$ 12.135.277,21. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 12.700.185,64.
281 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ -564.908,43. SALDO BANCÁRIO: R\$ 8.625.240,08. No
282 Período Jan. a Julho/10. RECEITA EXTRA. R\$ 1.545.034,10. RECEITA
283 ORÇAMENTÁRIA R\$ 87.275.326,33. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 80.195.120,35.

284 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 8.625.240,08. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. MÉDIA E ALTA
285 COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPIT. – FONTE 496. DESPESAS POR
286 ELEMENTO. JULHO/10. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 273.788,00.
287 Diárias – Pessoal Civil: R\$ 366,00. Passagens e Despesas com Locomoção: R\$
288 4.963,71. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 12.417.680,48. Outros
289 Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas: R\$ 3.387,45. TOTAL: R\$ 12.700,185,64. Vigilância
290 em Saúde. Fonte 497. No Mês JULHO/10. RECEITA EXTRA: R\$ 0. RECEITA
291 ORÇAMENTÁRIA R\$ 390.763,87. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 155.386,01.
292 DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 235.377,86. SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.116.499,90. No
293 Período JAN A JULHO/10. RECEITA EXTRA R\$ 466.068,49. RECEITA
294 ORÇAMENTÁRIA R\$ 1.720.118,37. DESPESAS EMPENHADAS R\$ 1.069.686,96.
295 DEFICIT/SUPERAVIT R\$ 1.116.499,90. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0. VIGILÂNCIA EM
296 SAÚDE – FONTE 497. DESPESAS POR ELEMENTO. JULHO/10. MATERIAL DE
297 CONSUMO R\$ 6.154,10. Passagens e Despesas Com Locomoção: R\$ 25,00. OUTROS
298 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA R\$ 90.233,59. Diárias – Pessoal
299 Civil: R\$ 1.284,00. Material de Consumo: R\$ 604,00. Passagens e Despesas com
300 Locomoção: R\$ (1.284,61). Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 58.369,93.
301 TOTAL: R\$ 155.386,01. Assistência Farmacêutica – Fonte 498. No Mês JULHO/10.
302 RECEITA EXTRA R\$ 0. RECEITAS R\$ 217.050,48. DESPESAS EMPENHADAS: R\$
303 280.346,87. DEFICIT/SUPERAVIT R\$ -63.296,39. SALDO BANCÁRIO: R\$
304 1.618.039,84. No Período JAN a JULHO/10. RECEITA EXTRA R\$ 952.555,66.
305 RECEITAS R\$ 1.503.390,46. DESPESAS EMPENHADAS R\$ 837.906,28.
306 DEFICIT/SUPERAVIT R\$ 1.618.039,84. SALDO BANCÁRIO R\$ 0. DESPESAS POR
307 ELEMENTO – JULHO/10. MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA: R\$
308 280.346,87. TOTAL: R\$ 280.346,87. GESTÃO DO SUS – FONTE 499. No Mês
309 JULHO/10. RECEITA EXTRA: R\$ 0. RECEITAS R\$ 13.192,50 DESPESAS
310 EMPENHADAS: R\$ 0,00. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 13.192,50. SALDO BANCÁRIO:
311 R\$ 308.687,82. NO PERÍODO – JAN A JULHO/10 RECEITA EXTRA R\$ 278.972,97.
312 RECEITAS R\$ 29.952,45. DESPESAS EMPENHADAS R\$ 237,60. DEFICIT/
313 SUPERAVIT: R\$ 308.687,82. SALDO BANCÁRIO R\$ 0. DESPESAS POR
314 ELEMENTO – JULHO/10. TOTAL R\$ 0. SERVIÇOS PRESTADOS – SUS – FONTE
315 369. NO MÊS – JULHO/10. SUPERAVIT FINANCEIRO R\$ 0. RECEITAS: R\$
316 873.284,81. DESPESAS EMPENHADAS: R\$ 886.325,76. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ -
317 13.076,95. SALDO BANCÁRIO: R\$ 1.297.530,91. NO PERÍODO – JAN A JULHO/10.
318 SUPERAVIT FINANCEIRO: R\$ 0,00. RECEITAS: R\$ 4.506.968,48. DESPESAS
319 EMPENHADAS: R\$ 3.209.437,57. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ 1.297.530,91. SALDO
320 BANCÁRIO R\$ 0. SERVIÇOS PRESTADOS / FATURAMENTO AIH's – FONTE 369.
321 DESPESAS POR ELEMENTO. JULHO/10. Material de Consumo. R\$ 221.461,91. Outros
322 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 664.863,85. TOTAL: R\$ 886.325,76.
323 RECURSOS DO TESOUREO – FONTE 001. NO MÊS – JULHO/10. RECEITAS EXTRA:
324 R\$ 0. RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 8.690,00. DESPESAS EMPENHADAS: R\$
325 106.059,42. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -97.369,42. SALDO BANCÁRIO: R\$
326 73.471,76. NO PERÍODO – JAN A JULHO/10. RECEITA EXTRA R\$ 763.858,66.
327 RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 12.659,97. DESPESAS EMPENHADAS R\$
328 703.046,87. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 73.471,76. SALDO BANCÁRIO R\$ 0.
329 DESPESAS POR ELEMENTO – JULHO/ 10. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal
330 Civil: R\$ 76.174,57. Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil: R\$ 1.761,30. Auxílio-

331 Alimentação: R\$ 5.133,05. Auxílio-Transporte: R\$ 800,00. Obrigações Patronais: R\$
332 14.507,35. Indenizações e Restituições: R\$ 7.683,15. TOTAL: R\$ 106.059,42. RECEITAS
333 VINCULADAS – FONTE 303. NO MÊS – JULHO/10. RECEITA ORÇAMENTÁRIA
334 R\$ 0. RECEITAS EXTRA: R\$ 7.068.945,12. DESPESAS EMPENHADAS: R\$
335 7.764.631,78. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -695.686,66. SALDO BANCÁRIO: R\$
336 2.840.368,83. NO PERÍODO – JAN A JULHO/10 RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$
337 79.025,02. RECEITA EXTRA R\$ 57.585.307,68. DESPESAS EMPENHADAS R\$
338 54.823.963,87. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 2.840.368,83. SALDO BANCÁRIO R\$ 0.
339 RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00) – FONTE 303. DESPESAS POR ELEMENTO –
340 JULHO/10. OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 5.199,55. Salário Família: R\$ 1.669,12.
341 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Efetivo: R\$ 3.582.550,52. Vencimentos s
342 Vantagens Fixas – Pessoal Outros Órgãos: R\$ 8.893,61. Vencimentos e Vantagens Fixas –
343 Comissionados: R\$ 14.553,87. Gratificação por Tempo de Serviço R\$ 374.091,92.
344 FÉRIAS: R\$ 177.488,12. 13º SALÁRIO: R\$ 245,43. ADICIONAIS (NOTURNO,
345 INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE) R\$ 227.389,68. CONTRIBUIÇÕES
346 PREVIDENCIÁRIAS R\$ 1.043,42. OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL
347 CIVIL R\$ 827.144,29. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO R\$ 366.582,11. Auxílio-Transporte:
348 R\$ 28.436,20. CAAPSM – PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE R\$ 182.206,04.
349 CAAPSM – PLANO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL R\$ 640.682,31. TRANSFERÊNCIA
350 PARA CONSÓRCIO (CISMEPAR). R\$ 34.180,09. Diárias: R\$ 1.768,00. Gêneros
351 Alimentícios: R\$ 12.004,40. Material Farmacológico: R\$ 416,00. Material de Consumo: R\$
352 35,00. Estagiários: R\$ 6.871,91. Despesas Bancárias: R\$ 2.966,36. Fornecimento de
353 Alimentação: R\$ 297,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$ 529.613,71.
354 Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laboratorial: R\$ 734.662,32. Outras
355 Obrigações Tributárias e Contributivas: R\$ 201,60. Precatórios Judiciais: R\$ 3.074,20.
356 TAXAS – VIGILANCIA SANITÁRIA – FONTE 510. NO MÊS – JULHO/10. RECEITA
357 extra: R\$ 0,00. RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 0,00. DESPESAS EMPENHADAS: R\$
358 105.283,89. DEFICIT / SUPERAVIT: R\$ -105.283,89. SALDO BANCÁRIO: R\$
359 630.876,49. NO PERÍODO - JAN A JULHO/10. RECEITA EXTRA: R\$
360 985.710,18. RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 5.718,84. DESPESAS EMPENHADAS:
361 R\$ 360.552,53. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 630.876,49. SALDO BANCÁRIO: R\$ 0,00.
362 DESPESAS POR ELEMENTO – JULHO/10. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa
363 Jurídica: R\$ 105.283,89. TOTAL: R\$ 105.283,89. RESUMO DOS CONVÊNIOS E
364 FONTES DE 2007 – SALDO EM JULHO/2010. FONTES: 310, 313, 315, 323, 324, 330,
365 334, 340, 341, 342, 343, 346, 347, 348, 349: SUPERAVIT FINANCEIRO – TOTAL: R\$
366 1.683.733,90. RECEITA NO MÊS: JULHO: – TOTAL: R\$ 1.702,81. RECEITA NO
367 PERÍODO JAN A JULHO: TOTAL: R\$ 3.359,21. DESPESA NO MÊS JULHO. TOTAL:
368 R\$ 51.455,60. DESPESAS NO PERÍODO JAN. A JULHO. TOTAL: R\$ 36.093,80.
369 DEFICIT ou SUPERAVIT NO PERÍODO JULHO: TOTAL R\$ -49.752,79. DEFICIT ou
370 SUPERAVIT NO PERÍODO JAN A JULHO: TOTAL: R\$ -32.734,59. SALDO
371 BANCÁRIO: 31/07/2010: TOTAL R\$: 1.601.246,52. RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS
372 MUNICIPAIS – JULHO/ 2010 – EM R\$. FONTE 001 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA -
373 R\$ 8.690,00. RECEITA EXTRA R\$ 0,00. TOTAL em R\$ 8.690,00. FONTE 303
374 RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 0,00. RECEITA EXTRA R\$ 7.068.945,32. TOTAL em
375 R\$ 7.068.945,32. FONTE 510 RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 0,00. RECEITA EXTRA
376 R\$ 0,00. TOTAL em R\$ 0,00. TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA R\$ 8.690,00.
377 TOTAL RECEITA EXTRA R\$ 7.068.945,32. TOTAL em R\$ 7.077.635,32. RECEITA

378 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM – JULHO/2010. FEDERAÇÃO:
379 UNIÃO (MS) VALORES em R\$ 15.948.207,91. PERCENTUAL 69,121%. ESTADO:
380 VALORES em R\$ 46.790,96. PERCENTUAL 0,20%. MUNICÍPIO: VALORES em R\$
381 7.077.635,32. PERCENTUAL 30,68%. TOTAL: Valores em R\$ 23.072.634,19.
382 PERCENTUAL 100,00%. A palavra passa ao conselheiro **Manoel Rodrigues do Amaral**,
383 que pede um esclarecimento, mas que antes do mesmo, gostaria de que a secretária **Flaida**
384 **Cristina Favoretto Santos** pudesse ler a ata da reunião da comissão. A pedido do
385 conselheiro Manoel, a **secretária Flaida** faz a leitura da ata, que contem os seguintes
386 dizeres: “Aos 14 dias do mês de setembro de 2010, às quatorze horas e trinta minutos, na
387 sede da prefeitura municipal de Londrina, no segundo andar na sala de reuniões da
388 autarquia municipal de saúde, reuniram-se os seguintes membros da comissão de
389 acompanhamento financeiro do fundo municipal de saúde, representantes da saúde: Sandra
390 Iara Sterza, Manoel Rodrigues do Amaral e Paulo Fernando Nicolau, para realizarem a
391 análise da prestação de contas referente ao mês de julho de 2010. Estiveram presentes
392 também os seguintes representante da autarquia municipal de saúde, responsáveis pela
393 coordenação administrativa do fundo: Elias Floriano e Flaida Favoretto Santos. O relatório
394 financeiro foi apresentado aos conselheiros e os membros presentes aprovaram a prestação
395 de contas, porém devido a falta de quorum, ficaram impedidos de responder plenamente
396 pela comissão, deixando a critério da plenária do conselho a aprovação em definitivo do
397 mencionado relatório em reunião a ser realizada em 21 de setembro próximo. A reunião foi
398 encerrada às 15 horas e 30 minutos”. Após a leitura da ata, o **conselheiro Manoel**
399 **Rodrigues do Amaral** retoma a palavra, e inicia dizendo que a comissão é composta por 8
400 membros, sendo que estavam apenas 3 presentes, logo não havia quorum. **Manoel** continua
401 e diz que a sugestão que gostaria de passar ao conselho é de que possa estar sendo aprovado
402 a nomeação de suplentes para os titulares da comissão supra-citada, já que nem sempre os
403 titulares poderão estar presentes. **Manoel** destaca ainda que a comissão fiscaliza hoje cerca
404 de 23 milhões de reais, um valor muito alto para uma comissão marcar uma reunião e não
405 ter paritáriedade. A palavra passa ao conselheiro **Marcos Ratto**, que inicia parabenizando o
406 senhor Elias pela apresentação calma e detalhada da prestação de contas. **Ratto** continua e
407 diz que discorda da colocação do conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral, sendo que as
408 ausências foram justificadas e todos os seguimentos estavam representados. **Ratto** coloca
409 que ao receber o envelope verificou a prestação de contas, sendo que é um dever de todo o
410 conselheiro, sendo assim, pede aos nobres pares que aprovelem na íntegra a prestação de
411 contas, e que confiem na assinatura dos membros da comissão que estavam presentes na
412 reunião, dando ele seu voto de aprovação a prestação de contas. A palavra passa a
413 conselheira **Silvia Brasão** que diz que há duas reuniões pediu para ser desligada da
414 comissão que acompanha as contas do fundo municipal, já que não tem disponibilidade no
415 horário que as reuniões acontecem, mas seu nome ainda consta na lista de membros da
416 comissão, por isso ela não justificou. A palavra passa ao conselheiro **Joel Tadeu**, que diz
417 não haver problema no pedido de indicação de suplentes do conselheiro Manoel, desde que
418 não haja impedimentos no regimento do conselho ou da comissão, já que às vezes um
419 conselheiro poderá faltar por motivos de força maior, embora ele Joel não costume
420 faltar. Joel continua e diz ter lido previamente a prestação de contas e não constatou
421 nenhuma irregularidade, por isso acompanha o conselheiro Marcos Ratto e aprova a
422 prestação de contas desde já. A conselheira **Lazara Regina Rezende** diz que justificou sua
423 ausência na reunião da comissão por motivo de viagem, e que está encontrando dificuldade
424 em comparecer devido ao horário de realização da mesma. A conselheira **Rosalina Batista**

425 faz uso da palavra e diz que não obstante seu nome não aparecer na lista da comissão
426 discutida, ela foi indicada para substituir a conselheira Silvia Brasão, e não pode estar
427 presente na última reunião por motivo de tratamento médico. **Rosalina** coloca que analisou
428 a prestação de contas e aprova desde já a mesma. A conselheira **Neusa Maria dos Santos**
429 faz uso da palavra e diz que como representante dos usuários, ela acredita no que o
430 representante dos usuários na comissão assinou, mesmo que apenas um tenha comparecido
431 na reunião, por isso aprova a prestação de contas. A palavra passa a conselheira **Sandra**
432 **Iara Sterza**, que inicia dizendo que gostaria de fazer algumas ponderações a respeito da
433 fala do conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral. **Sandra** entende que o pedido do senhor
434 Manoel não foi por achar que as pessoas que fazem parte da comissão não tem capacidade,
435 e sim para que seja respeitada a paridade da discussão, sendo que não se deve estar
436 avaliando apenas os valores e sim interpretá-los, avaliar onde está sendo gasto o dinheiro,
437 algo que não vêm ocorrendo. **Sandra** faz questão de frisar que é importante que se tenha
438 paridade nas comissões. A palavra passa ao conselheiro **Marcos Ratto** que diz ao
439 presidente do conselho e a secretária executiva que encaminhem a votação da prestação de
440 contas. **Marcos** diz ainda que se inscreveu novamente devido a uma fala da conselheira
441 Sandra, e diz a conselheira que irá refletir e pede que ela faça o mesmo sobre quando usou
442 a palavra “reflexão”. **Marcos** continua e diz que já participou da comissão de
443 acompanhamento das contas do fundo municipal, e que saiu por motivos particulares e se
444 sente bem representado no seguimento dos usuário pela companheira Sandra, e que quando
445 participou ele procurava saber no que foi gasto, que fosse apresentado as notas e onde
446 estava as mercadorias, sendo que este é o papel de cada membro da comissão. A palavra
447 passa ao presidente do conselho **Agajan A. Der Bedrossian**, que faz a chamada nominal
448 para aprovação da prestação de contas. A conselheira **Julia Satie Miyamoto** diz que aprova
449 mas com uma ressalva: Se uma reunião do conselho não começa se não houver quorum, a
450 reunião da comissão do fundo deve ser levada com mais seriedade, porque se alguém
451 assume participar ela tem de ter mais responsabilidade sobre uma comissão tão importante.
452 O presidente do conselho Agajan pede a conselheira Julia que especifique sua ressalva para
453 que a mesma possa ser justificada junto ao tribunal de contas. **A conselheira Julia Satie**
454 **Miyamoto** faz uso da palavra novamente, e diz que a sua ressalva é de que na reunião da
455 comissão de acompanhamento das contas do fundo municipal, estivesse pelo menos 50%
456 dos membros presentes. A conselheira **Leliane N. de Castilho Nascimento** diz que não se
457 sente à vontade pelo fato das ausências anteriormente expostas, e por isso não aprova. O
458 conselheiro **José Luiz de Oliveira Camargo** não aprova, por entender que a assinatura de
459 3 membros em uma comissão composta por 8, é um parecer que não tem valor e fere o
460 regimento. Após as ressalvas, votos contrários e a favor da aprovação, chegou-se ao
461 seguinte resultado de 20 votos a favor e 2 contrários a aprovação. O presidente do conselho
462 **Agajan A. Der Bedrossian** passa ao ponto seguinte da pauta: 3 - **Discussão do projeto de**
463 **lei nº46/2010 que autoriza a transferência dos direitos e obrigações passivos e ativos,**
464 **da autarquia municipal de saúde para o fundo municipal de saúde e dá outras**
465 **providências. O secretário Agajan A. Der Bedrossian** inicia dizendo que este projeto de
466 lei foi enviado a câmara dos vereadores e é baseado em uma lei federal de 2008, que coloca
467 que todo recurso para a saúde pública deve ser investido no fundo municipal de saúde, e
468 agora está sendo regularizada no município, de forma que não se pode ter nenhum tipo de
469 dinheiro paralelo. **Agajan** continua e diz que todo recurso é enviado para o fundo
470 municipal de saúde, seja ele federal, estadual, municipal ou por doação, não existindo
471 mecanismo paralelo. **Agajan** coloca que entende que é uma lei muito sabia determinada

472 pelo ministério da saúde. **Agajan** coloca que embora as fontes de recurso possam ser
473 diversas, a saída é somente o fundo municipal de saúde, não havendo como utilizar nenhum
474 recurso sem ser do fundo municipal, de forma que foi necessária a criação de um CNPJ
475 próprio e que já está sendo utilizado. **Agajan** diz que de qualquer forma, há uma
476 necessidade de uma mudança disto junto câmara de vereadores, porque existe uma lei
477 municipal que tem de se adequar à lei federal. **Agajan** relata que a câmara aprovou e
478 enviou para manifestação do conselho municipal de saúde em caráter de urgência na
479 reunião de hoje. A palavra passa ao conselheiro **Marcos Ratto** que coloca sobre a
480 importância da questão e pede aos conselheiros que dêem um parecer favorável para que se
481 encaminhe a câmara. O presidente do conselho **Agajan A. Der Bedrossian** passa a palavra
482 a vereadora **Lenir de Assis**, que gostaria de fazer algumas colocações. **Lenir** inicia dizendo
483 que gostaria de justificar o encaminhamento do projeto de lei para o parecer do conselho e
484 que o mesmo foi um pedido seu assinado por outros vereadores, devido a importância do
485 conselho de saúde. **Lenir** diz ainda que no momento em que foi tomado este projeto de lei
486 em mãos, foram feitas conversas com o secretário de saúde na época, o senhor Edson de
487 Souza e outros diretores, para solicitar o parecer do conselho e que não se aprovasse na
488 câmara nada relativo a saúde no município sem o conselho ter discutido o assunto. A
489 palavra passa a conselheira **Rosalina Batista**, que inicia dizendo que quando o Drº Marco
490 Antonio Teixeira realizou sua palestra na oficina de capacitação, ele questionou se os
491 conselheiros já haviam recebido o projeto de lei, e que o mesmo deveria passar pelo
492 conselho para depois chegar até os vereadores, sendo que isto foi solicitado pela comissão
493 executiva ao então secretário de saúde Edson de Souza. **Rosalina** coloca que o que ocorreu
494 foi que a câmara de vereadores avaliou o projeto de lei e depois encaminhou ao conselho, e
495 diz que gostaria de questionar sobre qual é o papel do conselho municipal de saúde na
496 gestão. A palavra passa ao conselheiro **Joel Tadeu**, que inicia dizendo que tem
497 conhecimento dos quatro itens que estão passando pela câmara, e que os mesmos não criarão
498 problemas e confirma a afirmação da vereadora **Lenir** de que o pedido de encaminhamento
499 do projeto de lei ao conselho partiu dela juntamente com a vereadora **Sandra Graça**. **Joel**
500 diz ainda que concorda com a fala da conselheira **Rosalina Batista**, e que a mesma se refere
501 também a muitos outros assuntos. **Joel** continua e diz ao secretário de saúde que possa estar
502 ouvindo sempre o conselho e ter uma nova relação com o mesmo. **Joel** destaca ainda a
503 importância de vereadores que tem entrado em contato com o conselho para que possam
504 estar trabalhando juntos e discutindo questões de interesse da comunidade. O presidente do
505 conselho **Agajan A. Der Bedrossian** põe em aprovação o projeto de lei pelo conselho, o
506 que é feito de maneira unânime pelo conselho. Após a aprovação, reunião chega ao seu
507 ponto de pauta seguinte; 4- – **Esclarecimentos sobre os encaminhamentos dados aos**
508 **Termos de Parceria com o CIAP, Secretário Municipal de Gestão Pública - Marco**
509 **Antônio Citto. Primeiramente** o secretário de saúde esclarece que o **Secretário Municipal**
510 **de Gestão Pública - Marco Antônio Citto** estará sendo representado pela senhora
511 **Elisangela Marcelli A. Arduin** em virtude dos compromissos que o mesmo teve de
512 assumir devido ao afastamento temporário do **prefeito Homero Barbosa Neto**. **Elisangela**
513 inicia dizendo que hoje todas as recomendações, inclusive as determinações, são pela
514 rescisão dos termos de parceria, sendo assim, em virtude da secretaria de saúde ser o
515 parceiro público que firmou os termos, houve todas estas discussões junto à secretaria, até
516 que foi formalizada a rescisão na data de 13/09/2010, onde foi enviado ao CIAP a
517 notificação da rescisão dos 4 termos de parceria. **Elisangela** continua e coloca que se esta
518 em fase de recurso, e será publicado na próxima segunda-feira, caso o CIAP não recorra.

519 **Elisangela** explica que a fundamentação desta rescisão foi baseada nas irregularidades
520 notoriamente conhecidas e na falta da prestação de contas exigida pelo município junto ao
521 CIAP. **Elisangela** diz ainda que na data de hoje foi decretada a intervenção judicial junto ao
522 CIAP, onde será nomeado um interventor, que atuará diretamente junto ao CIAP e será o
523 responsável pela prestação de contas para liberação do pagamento dos funcionários da
524 OSCIP. **Elisangela** desta que o interventor será de grande importância para o município e
525 dará mais transparência e segurança no repasse da verba pública. **Elisangela** diz que estão
526 sendo tomadas providências para que os serviços prestados nos termos de parceria não
527 venham ser prejudicados. No tocante as endemias, o teste seletivo para contratação dos
528 agentes será realizado no próximo dia 26 de setembro e não haverá nenhum tipo de
529 continuidade, sendo e a rescisão esta marcada para o dia 1 de novembro, (assim como dos
530 outros termos de parceria) ou até que se conclua o processo de contratação dos seletistas. O
531 programa saúde da família será feito com a devida aprovação jurídica, porque ainda não foi
532 feita a análise jurídica pela procuradoria, um concurso nos termos da lei 8666 em seu artigo
533 22 inciso 4º, sendo que haverá a formalização de um contrato e não de um termo de
534 parceria, pois o contrato possibilita muito mais a cobrança sobre aquele que presta os
535 serviços. **Elisangela** relata ainda sobre o PSF, se esta na fase de análises, pois é um
536 processo muito complexo, e aguarda ainda algumas definições técnicas da secretaria de
537 saúde. **Elisangela** diz que no tocante a POLICLINICAS, a informação que lhe foi
538 repassada é de que a administração junto com a secretaria de saúde estuda a possibilidade
539 de continuidade ou não do programa. Sobre o SAMU, ele será feito por intermédio de um
540 pregão, que é uma modalidade de licitação e culminará em um contrato, sendo um serviço
541 comum que poderá ser contratado por intermédio do pregão, e esta também aguardando
542 definições da secretaria de saúde. **Elisangela** finaliza e abre a oportunidade para possíveis
543 apontamentos e perguntas. O presidente do conselho **Agajan A. Der Bedrossian**, agradece
544 os esclarecimentos de Elisangela e passa a palavra ao conselheiro **Joel Tadeu**, obedecendo
545 a ordem de inscrição. **Joel Tadeu** pergunta em que fase está a intervenção judicial já que
546 ele não conseguiu entender e como isto funciona. **Elisangela** responde que é o ministério
547 público pedindo junto ao judiciário que seja nomeado este interventor que ira cuidar dos
548 processos do CIAP, tendo acesso a toda documentação da oscip, trabalhando diretamente
549 na mesma e respondendo como se ele fosse o CIAP e que no tocante a fase, já houve a
550 decretação judicial da intervenção. **Joel Tadeu** faz uso da palavra novamente e fala sobre o
551 PSF e o concurso através da lei 8666 que foi relatado pela senhora Elisangela, e que
552 gostaria de ter mais esclarecimentos sobre como será e o que é este concurso. **Elisangela**
553 faz uso da palavra, e diz que o concurso é uma modalidade de licitação assim como tomada
554 de preços, convite, pregão, entre outros. **Elisangela** continua, e diz que o concurso é a
555 modalidade especificamente no caso do PSF, onde são contratados serviços técnicos, sendo
556 que se faz uma espécie de projeto e posteriormente são pontuados por uma comissão
557 técnica e é uma modalidade definida pela lei. O conselheiro **Joel Tadeu** pergunta a respeito
558 da modalidade pregão e como ela funciona. A senhora **Elisangela** responde que e a mais
559 nova modalidade de licitação, onde são licitados objetos considerados comuns, ou seja, que
560 já se encontra de praxe no mercado e podem ser definidos pelo objeto sem critérios de
561 técnica e preço. **Elisangela** explica que o serviço prestado pelo SAMU é considerado
562 comum pelos termos jurídicos. **Joel Tadeu** faz uso da palavra e diz que se os demais
563 conselheiros não forem incisivos a respeito do concurso 8666 e a modalidade pregão, ele
564 irá se inscrever novamente. A palavra passa a conselheira **Rosalina Batista**, que inicia
565 dizendo que a comissão executiva decidiu por incluir o pedido de esclarecimentos do

566 secretário de fazenda na reunião do conselho, devido ao fato de a população não ser
567 prejudicada por todas estas mudanças. No tocante ao SAMU, se constata a precariedade
568 deste serviço em Londrina, tendo um representante do conselho estadual de alagoas em
569 recente visita a sede do SAMU, achado que ali se tratava de uma garagem e não de uma
570 sede. Rosalina questiona qual a quantia de recurso que vem para o SAMU de Londrina. No
571 tocante a endemias, **Rosalina** pergunta de quanto tempo será o contrato dos novos
572 funcionários aprovados no teste seletivo. **Rosalina** continua e questiona sobre o PSF, e que
573 o conselho deve nomear uma comissão para acompanhar o desenrolar das ações, e que não
574 se pode aceitar a questão do objeto de pregão para a contratação de pessoas. **Elisangela** faz
575 uso da palavra e diz que não possui no momento os valores indagados por Rosalina, e a
576 contratação do SAMU por pregão, não se trata de contratação de pessoas e sim de serviço.
577 A palavra passa a conselheira **Beth Cladht**, que inicia dizendo que faz parte da comissão
578 de endemias, e na ultima reunião do dia 20, que contou com a presença de um sujeito que
579 primeiramente disse estar representando o CIAP e depois acabou negando, onde acabou
580 ficando claro que haviam materiais que tinham sido prometidos para desenvolvimento do
581 trabalho e na foram entregues, sendo que foram pagos. **Beth** relata que não havia ninguém
582 do CIAP que respondesse pelos problemas citados. **Beth** pergunta como será o contrato da
583 endemias, se por tempo determinado ou não, e que segurança terá os novos funcionários.
584 **Elisangela** responde que o teste seletivo não é concurso publico, logo ele não gera
585 estabilidade, e no tocante a prazo do contrato ela não tem de imediato a duração, mas lhe
586 parece que é de 1 ano renovável para mais 1 ano. **Elisangela** finaliza e diz que quando estes
587 problemas nos termos de parceria começaram a aparecer, foi feito um estudo junto a
588 controladoria, procuradoria, e secretarias envolvidas, que optaram pela novas formas de
589 contratação. O conselheiro **Marcos Ratto** faz uso da palavra, e diz que na verdade é
590 lamentável tudo isso, que como representante dos trabalhadores, esteve sempre
591 acompanhando os problemas dos mesmos e sempre teve uma opinião incisa sobre este
592 “câncer maligno” que é a terceirização no serviço publico. **Ratto** diz que sempre lutou
593 contra a terceirização, muitas vezes sozinho, atreves de denuncias ao ministério publico.
594 **Ratto** coloca que após esta reunião, esperava levar uma fala de esperança aos trabalhadores
595 que representa, mas vê que não vai ter resposta para nada e estará voltando pior do que
596 quando chegou. **Ratto** finaliza e diz que pelas falas falta incisão, determinação do gestor,
597 seja ela A ou B. A palavra passa a conselheira **Márcia Marengo**, que diz a senhora
598 Elisangela que sua preocupação é com o PSF e por isso tem duas indagações a fazer.
599 **Márcia** pergunta como será feita a rescisão no dia 1º de novembro, se terá aviso prévio e
600 serão pagos todos os direitos, já que na passagem da Santa Casas para o CIAP, até hoje os
601 funcionários não receberam o fundo de garantia e o aviso prévio. Em segundo lugar
602 **Márcia** diz que gostaria de saber melhor como será a licitação do PSF, já que hoje é dia 21
603 de setembro, será que ate dia 1º de novembro terá alguém para cobrir isso de modo que o
604 serviço não pare, e ainda como fica a situação dos trabalhadores. **Elisangela diz** que com
605 relação às rescisões trabalhistas, em tese a responsabilidade é do CIAP, sendo que o
606 município em virtude de todo o ocorrido, através da secretaria de saúde, esta fazendo a
607 retenção dos pagamentos para fazer o acerto, e em casos extremos o município é
608 condenado subsidiariamente por eventuais dividas trabalhistas. **Elisangela** diz que estão
609 acontecendo varias providencias paralelamente, pois a rescisão tem de ser feita, pois é uma
610 determinação federal, inclusive sob pena do corte no repasse dos recursos, quanto aos
611 interesses dos trabalhadores, eles tem de ser resguardados mediante estas providencias, e
612 inclusive por isso algumas decisões por contratos, porque o termo de parceria não da

613 margem para se aplicar, por exemplo, uma penalidade pecuniária no parceiro, enquanto em
614 um contrato se você verifica alguma irregularidade, o que feito mensalmente, pode-se
615 aplicar multas muito altas. **Elisangela** diz que em relação à segunda pergunta, sobre o
616 tempo hábil da licitação, a mesma esta em tramite ainda, e esta sendo agilizado agora a
617 rescisão por que ela é inevitável, sendo que o tramite esta correndo internamente, e todos os
618 critérios de contratação são definidos pela secretaria de saúde, e esta sendo aguardado o
619 posicionamento da mesma, para que posteriormente se encaminhe para o jurídico e
620 conseqüentemente seja deflagrada a licitação. **Elisangela** diz ainda que se não houver
621 tempo hábil, existe a possibilidade de contratação emergencial, sendo esta uma dispensa do
622 procedimento de licitação e com duração máxima de 180 dias. A conselheira **Rosalina**
623 **Batista** faz uso da palavra e diz que gostaria de um esclarecimento maior na questão do
624 pregão do SAMU e quem é que contrata, porque ficou muito confuso. **Rosalina** continua e
625 diz que também quer saber em relação aos contratos, quem é que faz a relação para
626 pagamento dos funcionários que trabalham na oscip, já que o procurador do município deu
627 uma declaração na imprensa de que a oscip estava pagando funcionários que já haviam
628 falecido. A senhora **Elisangela** faz uso da palavra e inicia dizendo que por ocasião da
629 seleção publica de projetos, que é procedimento que precede a formalização dos termos de
630 parceria, a própria empresa no caso especifico uma oscip, diz quantos funcionários vai
631 utilizar, porem todo mês existe uma comissão que realiza uma avaliação do cumprimento
632 de metas, sendo que o CIAP tinha a obrigação de enviar esta documentação. **Elisangela**
633 coloca que estas irregularidades estão entre as que foram descobertas no desvio de dinheiro
634 publico, e a controladoria esta realizando uma auditoria “pente fino” nos processos, para
635 verificar qual o valor que deverá ser devolvido pelo CIAP, por todas as irregularidades
636 cometidas. **Elisangela** coloca que onde for detectado que houve uso de dinheiro publico de
637 maneira indevida, a procuradoria irá agir judicialmente para que os valores sejam
638 devolvidos ao município. A palavra passa **ao conselheiro Joel Tadeu**, representante da
639 UNIMOL, que inicia dizendo que sobre a ausência do secretario Marcos Citto, ele Joel
640 gostaria de falar com o mesmo politicamente, nao obstante a competência da servidora
641 Elisangela. **Joel** continua e destaca a importância do controle social e que a preocupação do
642 conselho não é só com o caso do CIAP que esta saindo e sim em aparecer uma entidade
643 pior ainda na nova contratação, pois o numero de entidades inidôneas atuando é muito
644 grande, e se aparecer aqui “vai dar zebra”. **Joel** continua e diz que o conselho tem o poder
645 de não aprovar as contas e não aprovar o que o controlador está falando, e que gostaria de
646 deixar registrado para o Marcos Citto que ninguém esta falando contra ou a favor do CIAP,
647 mas que gostaria de dizer que ele falou na câmara, na presença de muitos conselheiros, que
648 existiam funcionários falecidos que ainda recebiam salário. **Joel** diz ainda que gostaria de
649 frisar que não duvidem de que se não passar pelo conselho vai ter problema, e que gostaria
650 de falar isso para o secretario Marcos Citto. **Joel** destaca novamente que a preocupação e de
651 que após todas as mudanças nos termos de parceria não assuma um “outro CIAP”, e de que
652 o controle social tem de participar, pois o procurador ou controlador do município se
653 pronunciar a favor é uma coisa e o aval do conselho é outra, e não importa se for pregão ou
654 qualquer outra licitação, o conselho tem de participar nas comissões que forem formadas e
655 em todas as etapas das negociações, do contrario vai ter problema. A palavra passa a
656 conselheira **Adriana Xavier Dorta**, que inicia dizendo que é muito triste para Londrina
657 que depois de ter galgado tanto para chegar onde chegou, estar vivenciando isto hoje, sendo
658 que ela vive há 24 anos na cidade de lamenta estar presenciando os recentes
659 acontecimentos. **Adriana** compactua com a opinião do conselheiro Marcos Ratto, pois é

660 lamentável quando são pedidos esclarecimentos a respeito de assuntos e a pessoa que
661 comparece a reunião do conselho diz que não pode responder, sendo que os conselheiros
662 acabam saindo com mais dúvida e decepção do que quando chegaram. **Adriana** coloca que
663 gostaria de fazer alguns apontamentos a respeito das comissões que acompanhavam o
664 termo de parceria e sobre o SAMU. Quem levantou a denúncia a respeito do CIAP, foi
665 alguma comissão que estava avaliando ou alguém de fora. Qual punição cabe a esta
666 comissão que não fez seu dever e foi preciso a denúncia da polícia federal. Sobre o SAMU
667 e a situação lamentável do mesmo, com suas ambulâncias quebradas, a modalidade pregão
668 que contratará os funcionários irá contemplar também o conserto destas ambulâncias
669 quebradas? Quando elas serão consertadas e se existe um prazo. **Adriana** gostaria de ouvir
670 Elisângela ou o secretário Agajan sobre estas questões, e que precisa de respostas como
671 conselheira e como cidadã Londrinense, pois sua preocupação é em saber que sua filha gestante
672 logo dará a luz, e se precisar do SAMU com a preocupação se chegará aonde ela mora, pois é um
673 lugar de difícil acesso. A senhora **Elisângela Marcelli A. Arduin** faz uso da palavra e diz que
674 a respeito das comissões e sobre a dúvida em saber se o trabalho da mesma estava sendo
675 feito, e existe uma lei que regula a criação destas comissões e a secretaria de saúde é o
676 órgão mais indicado para responder sobre este ponto, já que a gestão recebia o relatório
677 circunstanciado das reuniões da comissão, aprovando o pagamento relativo ao mês anterior.
678 **A conselheira Beth Cladt** toma posse da palavra e diz que a comissão de que era partes se
679 reunia para discutir a operacionalidade do serviço e não orçamento, sendo que eram vistos
680 quantos eram os contratados, e o serviço estava sendo feito, o que estava em falta ou não e
681 estas discussões estão registradas em ata para que se comprove. **Elisângela** tem a fala
682 novamente e diz que o papel da gestão nos termos de parceria e na cobrança do envio do
683 relatório, para a partir daí poder dar o segundo recebimento na nota fiscal. Elisângela
684 continua e diz que se houvesse ressalvas era questionado o motivo da ressalva, sendo que
685 tudo isto está documentado nos processos da gestão pública. **Elisângela** diz com relação à
686 questão do pregão, levantada pela conselheira Adriana, poderá ser feito de duas maneiras:
687 contemplando somente a prestação de serviços ou também a manutenção dos
688 equipamentos, sendo que esta se aguardando também esta definição, já que hoje existe um
689 contrato de manutenção de veículos que está sendo rescindido por um relatório, sendo que as
690 sobre contrato do CIAP, a obrigação de manutenção é do mesmo. A conselheira **Adriana**
691 **Xavier Dorta** faz uso da palavra e pergunta de quem é a obrigação do cuidado com os
692 doentes de Londrina, pois o CIAP foi contratado pelo município e ele deve responder,
693 sendo quantos mais morrerão com toda culpa sendo imputada somente a oscip. **Adriana**
694 pergunta ao secretário Agajan o que o município pode fazer legitimamente para que pelo
695 menos mais uma ou duas ambulâncias voltem a funcionar de imediato, sendo que se pode
696 contratar emergencialmente não poderia ser consertada uma ambulância emergencialmente.
697 O secretário de saúde **Agajan A. Der Bedrossian** diz a conselheira Adriana Xavier Dorta,
698 que irá se pronunciar sobre o assunto em pauta posterior. A palavra passa a vereadora
699 **Lenir de Assis**, que inicia dizendo que foi entregue pessoalmente para a secretaria um
700 requerimento para que fosse pauta do conselho tanto o SAMU quanto a policlínica. **Lenir**
701 diz que em relação aos contratos todos assim como ela deve estar sendo procurados
702 sistematicamente pelos funcionários do CIAP. **Lenir** diz que quanto aos funcionários da
703 endemias, que vem sofrendo nos últimos tempos, o conselho deve ficar atento nesta nova
704 contratação para que os funcionários não venham a perder suas garantias e não sejam
705 lesados nos seus direitos uma vez que o CIAP está sob interdição. **Lenir** coloca que de fato
706 o contrato é para 1 ano podendo, ser prorrogado para mais um ano, sendo que o papel do

707 conselho é de pensar no futuro, já que ao final de 2012 este contrato não poderá ser
708 renovado, e será preciso pensar em uma nova forma de continuidade destes serviços. No
709 tocante ao PSF, se for mesmo concurso de projetos, vale lembrar que o CIAP esta hoje
710 porque foi vencedor de um concurso de projetos, sendo que se espera que ele não possa
711 participar de uma nova licitação. Sobre a questão do SAMU, **Lenir** diz que hoje toda
712 cidade deveria discutir sobre o problema e também sobre a POLICLINICAS, sendo que não
713 da para chegar no SAMU e encontrar 11 ambulâncias paradas, médicos trabalhando mais
714 sem executar suas funções, técnicos desesperados em um espaço sem condições, sendo que
715 com a noticia de Elisangela de que já foi rescindido o contrato, pode-se fazer um contrato
716 emergencial somente para o Samu, sendo que anteriormente foi encaminhado pela câmara
717 um protocolo para o prefeito para que solicitasse o reparo das ambulâncias, o que não foi
718 feito. Em relação ao pregão, **Lenir** diz que deve-se tomar cuidado para não se considerar
719 apenas aquele que oferecer o menor preço, pois seriam oferecidos os menores salário aos
720 profissionais e conseqüentemente se perderia os mesmos. **Lenir** finaliza e diz que não se
721 pode retroceder e perder a policlinas. A palavra passa a **conselheira Rosalina Batista**, que
722 inicia dizendo que em relação ao SAMU conselho poderia estar dando um encaminhamento
723 a respeito de o município pensar em um contrato emergencial ate que se ache a solução, já
724 que a cidade não tem condições de ficar sem o SAMU. Em relação a alguns dados que não
725 ficaram claros, os quais são de responsabilidade da secretaria de saúde, **Rosalina** propõe
726 aos conselheiros de que seja pedida uma reunião extraordinária para que os técnicos
727 compareçam e façam os esclarecimentos, já que, por exemplo, na questão das comissões e a
728 lista de presença de funcionários não houve sintonia entre a fala da conselheira Beth e da
729 servidora Elisangela. A palavra passa a conselheira **Maria Osvaldina**, que coloca que ficou
730 sabendo que os funcionários do SAMU estão proibidos pela secretaria de saúde de fornecer
731 qualquer informação, e deve-se marcar uma reunião extraordinária urgente para a questão
732 do SAMU e a policlinas. Após a fala da conselheira Maria Osvaldina o presidente do
733 conselho **Agajan A. Der Bedrossian** encerra o ponto de pauta de passa ao seguinte: **6.**
734 **Esclarecimentos sobre a policlínica e SAMU, há ser realizado pelo secretário de saúde**
735 **Agajan A. Der Bedrossian.** **Agajan** inicia dizendo que começará pelo SAMU, e que desde
736 a implantação do mesmo, há seis anos atrás, ele foi terceirizado em parceria com o CIAP.
737 **Agajan** continua e diz que esta parceria com o ciap previa não somente o fornecimento de
738 recursos humanos mais de toda infra-estrutura, inclusive a manutenção das ambulâncias, e
739 que o repasse de verba incluía estes serviços, sendo que o ultimo valor vigente para a
740 manutenção dos veículos era de R\$ 26.000,00 por mês. **Agajan** coloca que este repasse de
741 verba é contemplado no contrato de parceria, e por isso o reparo só pode ser feito pelo
742 CIAP, já que o município não pode pagar duas vezes por um serviço que já foi pago, e foi
743 no ponto que se passou a depositar os recursos em juízo que começou o problema. **Agajan**
744 diz que a procuradoria jurídica, ha alguns dias atrás, conseguiu liberar m recurso para que o
745 CISP mandasse arrumar três ambulâncias, que estão em uso desde a semana passada e se
746 somaram as que já estavam funcionando, sendo que o que ocorre é que estas ambulâncias
747 estão demasiadamente sucateadas e quebram constantemente. **Agajan** coloca que um de
748 seus últimos atos como secretário antes de se desligar foi reivindicar em Brasília a
749 substituição da frota do SAMU, sendo que foi conseguida a promessa do governo federal
750 de 5 novas ambulâncias. **Agajan** coloca que após seu retorno ao cargo de secretario de
751 saúde, entrou em contato e ate o final deste mês poderão ser substituídas algumas
752 ambulâncias. **Agajan** coloca que no dia de hoje o SAMU estava operando com 4
753 ambulâncias: 2 do município e duas emprestadas, e que estava na iminência de se liberar

754 mais uma que estava na oficina. **Agajan** continua e diz que o programa do SAMU prevê o
755 funcionamento de 1 ambulância de suporte básico para cada 100 a 150 mil habitantes, e 1
756 de suporte avançado para cada 500 mil habitantes, sendo que Londrina tem 2 de suporte
757 avançado e 7 de suporte básico, além de ter sido agregado mais 4 do TEC. **Agajan** coloca
758 que o problema do SAMU tem preocupado, e que foi pedido para que a procuradoria
759 jurídica, secretaria de gestão e controladoria, achassem um meio legal que contemplasse os
760 2 aspectos: O de repassar recurso para alguma oficina reparar as ambulâncias paradas e
761 que não ferisse nenhuma norma juridicamente falando, já que o dinheiro para essa
762 finalidade já foi fornecido ao CIAP, e continuara a ser repassado enquanto durar este
763 contrato. **Agajan** diz ainda que com a notícia do novo interventor, a situação deverá
764 melhorar. **Agajan** coloca que a situação do prédio do SAMU realmente é um problema, que
765 as instalações não são adequadas para o serviço e por isso já foi pensada em uma solução:
766 centralizar em um prédio muito grande, que fica próximo ao aeroporto e que pertencia ao
767 antigo claspar, onde funciona a secretaria de segurança social do município, todo o serviço
768 de prestação emergencial de Londrina, com a guarda municipal, policia militar, SAMU e
769 SIATE. **Agajan** coloca que a promessa é de que o local funcione com toda estrutura e
770 tecnologia possíveis para o município. **Agajan** finaliza a questão do SAMU e diz que o
771 mesmo é um serviço nacional e não irá acabar, e a partir desta mudança de endereço
772 supracitada ele ganhara novas e adequadas instalações. **Agajan** passa a contemplar o
773 assunto POLICLINICAS, e inicia dizendo que as especulações de que a policlínica iria ser
774 desativada não tem fundamento. **Agajan** continua e diz que a policlínica também é um
775 programa administrado pelo CIAP, assim como a endemias, PSF e SAMU. **Agajan** diz que
776 para cada programa foi dada uma definição, a qual ocorreu na época em que ele Agajan não
777 era secretário, onde foi definido que a endemias seria administrado diretamente pela
778 secretaria de saúde através de contratação por teste seletivo. O SAMU como foi dito foi
779 definido de ser através de pregão. O PSF foi definido que será por concurso de projetos.
780 **Agajan** coloca que a internação domiciliar e a policlínica ainda não tem definição de
781 como será o procedimento, e o que existe são três possibilidades: de contratação direta
782 como a endemias, de terceirização como o PSF ou por parceria com o CISMEDAR ou o
783 Hospital das clínicas. **Agajan** coloca novamente que ainda não há nada definido e foi feita
784 apenas uma reunião com os técnicos para estudar qual a melhor solução. **Agajan** diz ainda
785 que a única certeza no momento é de que o convenio com o ciap ira acabar. **Agajan** coloca
786 que em termos de prioridade o caso das endemias era o primeiro, devidos as paralisações
787 que prejudicavam o serviço e os trabalhadores, o segundo caso é o SAMU, o terceiro o PSF
788 seguido por policlínica e internação domiciliar. A palavra passa ao **promotor Paulo**
789 **Tavares**, que pergunta ao secretário de saúde se a policlínica não poderia ser mantida com
790 as mesma características de que funciona hoje, ou seja, no mesmo local, tipo de
791 atendimento, mesmo que por terceirização. **Agajan** coloca que 99% dos funcionários da
792 policlínica são do CIAP, e com o fim do convenio deveria se buscar uma alternativa para o
793 funcionamento, o que ainda não foi definido. O **promotor público Drº Paulo Tavares**,
794 coloca que a preocupação do ministério publico é de que o CISMEDAR ou HC incorporem
795 os serviços prestados e não tenham condições e estrutura para atender a demanda. O
796 secretário de saúde **Agajan A. Der Bedrossian** coloca que a comissão técnica que esta
797 avaliando a melhor alternativa para os programas irá analisar todos os aspectos antes de
798 tomar qualquer decisão. O **promotor Paulo Tavares** questiona que esta comissão técnica
799 deveria ter algum membro do conselho municipal de saúde, e diz que percebe que muitas
800 decisões importantes para o município são tomadas sem a participação do conselho, e que

801 espera do secretario de saúde que ele possa incluir o conselho em todas as decisões
802 deliberadas. **A palavra passa ao conselheiro Joel Tadeu**, que inicia dizendo sobre a
803 importância da presença da vereadora Lenir e do promotor Paulo Tavares. **Joel** destaca que
804 em relação ao concurso de projetos, deve-se tomar as providências necessárias para que não
805 apareça um “outro CIAP”, e que os responsáveis pela elaboração do edital possam criar
806 mecanismos para que entidades inidôneas não participem. **Joel** destaca que na modalidade
807 pregão a caba saindo o menor valor. **Joel** diz que sobre a questão da policlínicas, gostaria
808 de propor uma oficina com os funcionários da mesma, o conselho e os gestores, porque
809 será que deve ser feita uma parceria com o CISMENPAR, levando um recurso que vem para
810 a cidade de Londrina para dividir com outros municípios. **Joel** destaca que esta sendo
811 proposto reunir a comissão de humanização e executiva e os demais agrupamentos
812 anteriormente citados. **Joel** continua e diz ao secretario de saúde que ele será bem sucedido
813 em sua gestão se ouvir o conselho, e que não faz oposição a nenhum governo. **A palavra**
814 **passa à conselheira Maria Osvaldina**, que diz estar de acordo com o conselheiro Joel
815 Tadeu bem como o Drº Paulo Tavares, e que o prefeito Barbosa Neto prometeu que iria
816 inaugurar policlínicas em todas as regiões da cidade, e que o prefeito não pode retirar uma
817 coisa que vem dando certo. **Maria** finaliza e diz que não esta de acordo que se coloque a
818 policlínicas junto com o CISMENPAR, já que o meio já é muito lotado, e que a policlínica
819 deve ser mantida onde funciona e com o mesmo quadro de funcionários. **Maria** diz ainda
820 que o SAMU deve permanecer com o do Drº Alessandro, já que o mesmo vem realizando
821 um bom trabalho no comando do mesmo. **A conselheira Adriana Xavier Dorta** faz uso da
822 palavra, e diz que o CISMENPAR já esta lotado, e não tem condições de receber as 14
823 especialidades da policlínicas. No tocante a possibilidade de o HC receber a demanda da
824 policlínicas. **Adriana** vê que esta alternativa não pode prosperar, tendo em vista que o
825 hospital tem filas de espera de anos em certas especialidades que as vezes são até simples.
826 A palavra passa à **conselheira Rosalina Batista**, que inicia dizendo que se fica em uma
827 situação muito difícil, já que na fala da senhora Elisangela ela colocou sobre a possibilidade
828 do fim do programa da policlínicas. **Rosalina** destaca que o futuro ou não dos programas
829 esta sendo colocada na imprensa pelo gestor como se fosse uma banalidade, e destaca que o
830 conselho precisa participar de todas as decisões referentes à saúde publica de Londrina.
831 **Rosalina** destaca que a gestão não se comunica com o conselho e que o mesmo só fica
832 sabendo das decisões através da imprensa. **Rosalina** diz que se o futuro dos programas, que
833 foram aprovados por portaria, não forem resolvidos pela gestão, já que o que esta faltando é
834 competência e não o recurso, deve-se parar de vir ao conselho. **Rosalina** diz que o conselho
835 municipal de Londrina precisa construir uma agenda positiva do SUS, garantir o programa
836 que foi garantido ate hoje, ou mandar um documento e extinguir o conselho, deixando
837 somente o gestor com as decisões. **Rosalina** diz que na oficina sugerida por Joel melhor
838 seria a participação de todos os conselheiros e mais os grupos por ele citados. **O secretário**
839 **de saúde Agajan A. Der Bedrossian ressalta** que ainda não foi definido absolutamente
840 nada a respeito da policlínica, e em nenhum momento ele declarou que o programa iria
841 acabar, e que a oficina sugerida por Joel pode acontecer sem problema, mas isso deve
842 acontecer o mais rápido possível. A palavra passa a conselheira **Maria Osvaldina**, que diz
843 que gostaria de fazer um encaminhamento, de que será feita uma monção de desagravo
844 devido ao fato da não aprovação do fechamento da policlínica. **O secretario de saúde**
845 **Agajan** faz questão de frisar que não será fechada a policlínicas, e que o conselho ira
846 participar da comissão que definira o futuro da policlínica se assim desejar, e que seja
847 votada à proposta do conselheiro Joel Tadeu pela realização da oficina para discutir o

848 assunto. O conselheiro **Joel Tadeu** indaga se alguém é contrario a sua proposta. Não
 849 havendo manifestações a proposta é aprovada pelo conselho. A diretora do DAS **Bruna**
 850 **Petrillo**, faz uso da palavra e diz que foi feita uma reunião com o prefeito e os secretários
 851 onde foi solicitada uma apresentação dos custos e possível redução dos gastos, desde que
 852 não houvesse prejuízo a assistência que vem sendo prestada. **Bruna** diz que em uma das
 853 discussões era a das policlínicas, que hoje é bancada exclusivamente pelo município e tem
 854 um custo muito alto. **Bruna** coloca que uma possibilidade avaliada era a de o cismepar
 855 receber algumas especialidades, e outra são a de descentralizar a policlínicas e para as
 856 regiões. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** sugere que a gestão apresente um documento
 857 onde constem, quais são os problemas associados a cada um dos programas, o se
 858 encaminhou ate agora, quais são as propostas e decisões que já foram tomadas. **O**
 859 **presidente do conselho Agajan A. Der Bedrossian** finaliza dizendo que será marcada a
 860 data para a oficina proposta e não havendo mais assuntos há serem tratados encerra a
 861 reunião.

T	Agajan A. Der Bedrossian		T	Adilson Castro	ausente
S	Ana Olympia Dornella	Ausente c/ justificativa	S	Sandra Bonini de Abreu	
T	José Luiz de Oliveira Camargo		T	Márcia Cristina R. Marengo	
S	Antonio Caetano de Paula	Ausente	S	Sandra Iara Sterza	
T	Lazara Regina Rezende		T	Marcos Rogério Ratto	
S	Janaina Mazzer Salinet		S	Maldissulei Correa	
T	Bett Claidh Nascimento		T	Fahd Haddad	
S	Manoel Nivaldo da Cruz		S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Artemízia Martins		T	Margarida de Fátima Carvalho	
S	Mara Rossival Fernandes		S	Denise Akemi Mashima	
T	Maria Célia Rodrigues Gregh		T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S	Elzo Augusto carreri	ausente	S	Inez Francisca Vieira Meyer	ausente
T	Maria Ângela Magro	Ausente c/ justificativa	T	Joel Tadeu Correa	
S	Neide Apda Gonçalves Ferreira		S	Gerson Navarro de Oliveira	
T	Neusa Maria dos Santos		T	Gioconda P. da Silva Ferreira	
S	Manoel Rodrigues do Amaral		S	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	
T	Maria Osvaldina M. de Oliveira		T	Silvia Aparecida Brazão	
S	Sandra R. Fernandes Remondini	ausente	S	Elizabeth Maria Alves	
T	Elba Ferreira	ausente	T	Julia Satie Miyamoto	
S	Rosicler Amarins de Moura Vaz	ausente	S	Hildegard Maria Lopes	
T	Adriana Xavier Dorta		T	Leliane N. de Castilho Nascimento	
S	Sandra Alexandra Oliveira Silva	ausente	S	Luciana Alessandra Fernandes	
T	Esmeralda Pereira da Silva		T	Rosalina Batista	
S	Maria José Teixeira Lopes		S	Jurema de Jesus Córrea	ausente

862

863